

O PROCESSO DE TRANSMISSÃO INTERGERACIONAL E A VIOLÊNCIA NO CASAL

THE PROCESS OF INTERGENERATIONAL TRANSMISSION AND MARITAL VIOLENCE

RESUMO: O fenômeno da violência no casal sustenta-se em uma triangulação de diferentes dimensões que se afetam recursivamente: a relacional, a histórico-geracional e a sociocultural. O objetivo deste artigo é problematizar o reconhecimento do processo da transmissão intergeracional e os modelos explicativos da violência no casal heterossexual. A metodologia utilizada foi de revisão teórica, sustentada em cinco eixos de análise. No exame dos modelos teórico-epistemológicos, observam-se diferentes posicionamentos frente à explicação da violência no casal, sendo a transmissão intergeracional o ponto de intersecção entre eles. Advoga-se para o perigo de uma leitura linear ou determinista da transmissão intergeracional da violência, assim como por um necessário reconhecimento da multideterminação de fatores, que se afetam mutuamente na perpetuação do fenômeno na história relacional do casal.

PALAVRAS-CHAVE: violência familiar, transmissão intergeracional, violência no casal.

ABSTRACT: The phenomenon of violence in the couple is sustained in a triangulation of different dimensions that affect themselves recursively: the relational, the historical-generational and the socio-cultural. The aim of this paper is to discuss the recognition of intergenerational transmission process and the explanatory models of violence in heterosexual couple. The methodology used was theoretical review that claimed five axes of analysis. In the analysis of theoretical and epistemological models are observed different positions forward the explanation of violence between the couple, however, the intergenerational transmission is considered the point of intersection between them. This article calls attention to the danger of a linear or deterministic reading of the intergenerational transmission of violence, as well as recognition of the need for a multiplicity of factors that affect each other in perpetuating the relational phenomenon in the history of the couple.

KEYWORDS: family violence, intergenerational transmission, marital violence.

INTRODUÇÃO

O fenômeno da violência vem sendo discutido e problematizado nos diferentes âmbitos da produção do conhecimento, evidenciando um consenso em torno do reconhecimento da violência como um dos principais problemas mundiais de saúde (Melo, 2010; Minayo, 2007; Ministério da Saúde, 2005; Organização Pan Americana de Saúde, 2003; Organização Mundial de Saúde, 2002; Ministério da Saúde, 2002,). Entre suas consequências, observam-se as implicações sociais e de saúde que ameaçam o desenvolvimento humano, afetam a qualidade de vida dos indivíduos e desgastam o tecido social (OMS, 2002).

Associado a isso, é importante trazer à tona uma reflexão necessária sobre o posicionamento do profissional frente à violência. Entende-se que o posicionamento do mesmo ancorado em uma visão tradicional ou linear valoriza a crença de que se separando o mundo em partes encontrar-se-ão elementos simples, ou seja, a substância essencial para a compreensão do todo. Essa crença baseia-se no pressu-

NATALIA PINHEIRO SCANTAMBURLO

Psicóloga, terapeuta relacional sistêmica, especialista em Saúde da Família e Comunidade, mestranda do Programa de Pós-Graduação em Psicologia – Laboratório de Psicologia da Saúde, Família e Comunidade. Universidade Federal de Santa Catarina.

nataliap.scantamburlo@gmail.com

CARMEN LEONTINA OJEDA OCAMPO MORÉ

Profa. Dra. em Psicologia Clínica – Programa de Pós-Graduação em Psicologia Departamento de Psicologia – Laboratório de Psicologia da Saúde, Família e Comunidade. Universidade Federal de Santa Catarina.

MARIA APARECIDA CREPALDI

Profa. Dra. em Saúde Mental – Programa de Pós-Graduação em Psicologia – Departamento de Psicologia – Laboratório de Psicologia da Saúde, Família e Comunidade. Universidade Federal de Santa Catarina.

Recebido em 01/06/2012.

Aprovado em 09/08/2012.

posto de que o mundo é estável e que os fenômenos são determinados e reversíveis podendo ser previstos e controlados. Além disso, existe a exigência da neutralidade para se chegar objetivamente ao conhecimento verdadeiro sobre o mundo (Vasconcelos, 2002).

Esse posicionamento linear tem repercussões diretas no processo de invisibilidade ou visibilidade da violência na prática profissional, pois, ao se valorizar as partes, o profissional pode não identificar a emergência de armadilhas, que, por sua vez, pode sustentar uma escuta fragmentada do fenômeno em questão. Considera-se que a presença dessa visão na prática profissional torna invisível a complexidade do fenômeno, o qual se configura numa diversidade de elementos que se afetam recursivamente, dando lugar a uma dinâmica e a uma configuração singulares na trama das relações humanas.

Indo ao encontro da perspectiva epistemológica da complexidade proposta por Morin (2005), compreende-se que, na multideterminação de um processo fenomênico, os elementos se conectam entre si, e que, por sua vez, constituem o tecido de acontecimentos, ações, interações e retroações. Dessa forma, pensar sobre a complexidade do fenômeno da violência requer do profissional uma clareza com relação às inter-relações desses elementos, principalmente os contextualizados nos sistemas envolvidos. Nessa leitura, o indivíduo passa a ser compreendido com base em sua inserção na trama relacional à luz dos seus contextos histórico e sociais.

O objetivo deste artigo é problematizar o reconhecimento do processo da transmissão intergeracional e os modelos explicativos da violência no casal heterossexual. Propõe-se uma discussão inicial com subsídios teóri-

cos no sentido de desconstruir leituras dicotomizadas ou fragmentadoras do fenômeno. Dessa forma, utilizou-se a metodologia de revisão teórica que se sustentou em cinco eixos de análise: a) a contribuição dos estudos intergeracionais sistêmicos; b) os modelos explicativos do processo da violência no casal heterossexual; c) os estudos nacionais e internacionais sobre a transmissão intergeracional da violência, e d) os pontos de consenso e a diferença sobre a utilização do conceito de transmissão intergeracional nos modelos que sustentam o trabalho com a violência conjugal.

Ao se evidenciar o conceito de transmissão geracional constataram-se dois termos comumente utilizados na definição desse fenômeno: intergeracional e o transgeracional. Optou-se pela reflexão em torno do conceito de transmissão intergeracional, tanto por congregar a maioria dos estudos analisados, como por entender que o fenômeno da violência no casal implica um trabalho que recai sobre as interações, que ocorrem entre os membros do sistema familiar em tempo presente.

De acordo com Boszormenyi-Nagy (1978), o conceito de transmissão intergeracional é definido como o intercâmbio relacional entre as gerações, mediante o diálogo ativo entre elas. Wagner (2005) define o termo como aquilo que é passado de uma geração à outra, e relaciona-o com a noção de reciprocidade em detrimento da noção de permanência. Correa (2000), baseado em uma perspectiva psicanalítica, refere-se ao espaço de metabolização do material psíquico transmitido pela geração mais próxima e que, transformado, passará à seguinte.

Observa-se que o termo intergeracional é utilizado naqueles estudos nacionais e internacionais cuja ênfase

do fenômeno estudado recai sobre as interações entre as gerações: avôs-pais, pais-filhos, avôs-filhos e entre pares (Cui, Durtschi, Donnellan, Lorenz, & Conger, 2010; Weber, Selig, Bernardin, & Salvador, 2006; Kwong, Bartholomew, Henderson, & Trinke, 2003; Stith *et al.*, 2000).

CONTRIBUIÇÃO DOS ESTUDOS INTERGERACIONAIS SISTÊMICOS

A principal contribuição dos estudos geracionais refere-se ao entendimento dos mecanismos de perpetuação dos padrões relacionais ao longo das gerações nos sistemas familiares (Wagner, 2005; Vasconcelos, 2007; Penso, Costa, & Ribeiro, 2008). De acordo com a produção teórica sistêmica, os pioneiros nos estudos sobre a Terapia Familiar (Bowen, Boszormenyi-Nagy e Framo) também foram denominados de terapeutas geracionais haja vista a importância dos conceitos propostos por estes autores nessa temática (Elkäm, 1998).

Esses precursores evidenciaram que o fenômeno transgeracional era mantido por forças emocionais profundas ao longo das gerações, e, somente por meio da compreensão das relações da família nuclear no contexto de suas famílias extensas, era possível identificar o fluxo emocional e os padrões relacionais presentes das gerações precedentes (Vasconcelos, 2007). Para a identificação desses fluxos e padrões relacionais, Bowen (1989) propôs considerar pelo menos três gerações como a unidade mínima para uma análise relacional. Essa amplitude em apreender as relações no sistema familiar representa o início de uma importante mudança epistemológica por considerar a interdependência e a complexidade envolvida nesse fenô-

meno (Böing, Crepaldi, & Moré, 2008; Andolfi, 1996).

De acordo com Osório (2002), a família desenvolve funções diversificadas de transmissão de valores éticos, estéticos, religiosos e culturais, baseados nos objetivos de preservar, nutrir e proteger a descendência e fornecer aos seus membros condições para a aquisição de suas identidades pessoais. Segundo o autor, a família é considerada como uma unidade grupal, na qual se desenvolvem três tipos de relações pessoais – aliança, filiação e consanguinidade.

Cada sistema familiar apresenta uma história complexa e singular caracterizada pela intersecção de histórias individuais, de experiências compartilhadas e de vínculos intergeracionais (Andolfi, 2003). A manutenção da identidade da família e a coesão entre seus membros dependem da perpetuação de crenças, valores, padrões relacionais de cada história compartilhada (Andolfi, 2003; Wagner, 2005). Nesse sentido, a transmissão da identidade e o sentimento de pertencimento são aspectos importantes, que caracterizam a coesão familiar e o desenvolvimento de seus membros (Penso *et al.*, 2008).

Por intermédio dessas relações, são desenvolvidos vínculos de afeto, de pertencimento, de compromissos, que, juntamente com as crenças, os valores e as normas adotados pela família, formam uma trama de lealdades familiares (Aun, 2007). Boszormenyi-Nagy (1978) define a lealdade familiar como uma estruturação relacional baseada em níveis profundos ético-relacionais de vida. O autor ressalta a responsabilidade recíproca, que liga as pessoas, como uma genuína preocupação pela necessidade do outro. Cada família apresenta seu modo peculiar de equilíbrio relacional, estabelecido pela equi-

dade nas relações, o que proporciona o amadurecimento emocional de seus membros (Boszormenyi-Nagy, 1978).

Em toda família observa-se a noção de justiça familiar, que, segundo Boszormenyi-Nagy (1978), evidencia o movimento constante de negociação afetiva de direitos, deveres, obrigações e méritos. Segundo o autor, esse processo é comparado à metáfora de um livro de contas onde são anotadas as contabilidades das relações familiares realizadas ao longo da história da família. Assim, algumas dívidas relacionais ou o direito de crédito são herdados por algumas pessoas das gerações anteriores.

Essa herança recebida das gerações anteriores e que será repassada para outras gerações fica mais evidente na etapa do ciclo de vida do casal, pois as relações estabelecidas na conjugalidade caracterizam-se como o ponto de encontro entre aquilo que já foi transmitido e o que, por sua vez, será transmitido à nova família (Andolfi, 2003). O conceito de conjugalidade é entendido pela união de duas pessoas que, por meio de seus elos geracionais, estabelecem uma matriz conjugal (Feres-Carneiro & Ziviani, 2009), a qual poderá ser vivenciada por intermédio do casamento ou de algum tipo de união em determinado período de suas vidas (Mossman, Wagner, & Feres-Carneiro, 2006).

De acordo com Bowen (1998), a formação de um casal constitui-se pela união de duas pessoas que trazem níveis de diferenciação em relação à sua família de origem. A escolha do parceiro ocorre, sobretudo, com base nesse nível de diferenciação (autonomia) ou indiferenciação (pertencimento excessivo) da massa de ego familiar, o que resulta na união de pessoas que compartilham os mesmos níveis de intensidade emocional. Dessa forma, a transição do ciclo de vida para a con-

jugalidade exige esforços constantes de mudança e adaptação, sendo que o conflito entre autonomia e pertencimento está presente em todo esse processo (Carter & MacGoldrich, 2001; Whitaker, 1995; Narciso & Ribeiro, 2009).

Quando o nível de indiferenciação da família de origem é alto, a relação de casal pode ser configurada por uma fusão emocional excessiva, ocasionando conflito conjugal, perda da identidade individual e perturbação emocional (Bowen, 1998). Por sua vez, constata-se padrões interacionais transmitidos ao longo das gerações, que podem ser geradores de sofrimento. Dessa forma, quanto maior a indiferenciação nas relações permeadas por violência na família de origem, maior a probabilidade que essas interações sejam repetidas em outras relações.

No contexto das discussões da transmissão intergeracional na perspectiva sistêmica, evidencia-se a ampliação do foco do indivíduo para as relações familiares, ao longo das gerações, e as temáticas como segredos, mitos, valores e crenças familiares, que sustentam o processo da transmissão, sobretudo, em relação à violência. Dessa forma, ressalta-se o início de uma reflexão epistemológica sobre a contextualização e a ampliação do conhecimento psicológico, com importantes implicações na prática clínica e de investigação (Böing *et al.*, 2008).

MODELOS EXPLICATIVOS DO PROCESSO DE VIOLÊNCIA CONJUGAL

Observa-se no campo da produção científica uma produção teórica consistente sobre o tema de violência conjugal entre casais heterossexuais. De acordo com Oliveira e Gomes (2011),

constata-se o predomínio de um conjunto de modelos explicativos da violência conjugal utilizados tanto para a compreensão do fenômeno, como para a sustentação das intervenções na prática clínica, sendo que as diferenças entre os modelos referem-se às interpretações e ao posicionamento teórico sobre as causas da violência. Por sua vez, também se encontram diferenças quanto ao delineamento utilizado nas pesquisas e aos participantes selecionados nesses estudos (Olsen *et al.*, 2010).

Entre os modelos explicativos, encontra-se o da violência contra a mulher ou violência de gênero, o qual assenta sua análise com base no reconhecimento de um comportamento violento do homem contra sua parceira, no contexto de um relacionamento íntimo (OMS, 2002; Brancalhone, Fogo, & Willians, 2004). Nessa perspectiva teórica, os papéis do homem/marido como agressor e da mulher/esposa como vítima são definidos *a priori*, afirmando que essa divisão de papéis tem origem na organização social patriarcal (Cantera, 2007). Os resultados dessas pesquisas nos ajudam a compreender como ocorre a dinâmica conjugal nas relações em que o homem/marido exerce violência contra a mulher/esposa.

Esse enfoque compreende a violência no casal não como um fenômeno derivado da natureza sexual das relações entre homem e mulher, mas como um processo histórico produzido e reproduzido pelas estruturas sociais de dominação alimentadas pela ideologia patriarcal (Cantera, 2004). De acordo com Cantera (2004), o enfoque de gênero tem o mérito inquestionável de descrever e compreender o processo de vítimas, que ainda estão presas em uma espiral de violência.

De acordo com Olsen *et al.* (2010), os estudos de gênero apresentam

amostras clínicas e as evidências sugerem que ocorre uma maior vitimização do sexo feminino em relação ao masculino. A população costuma ser selecionada nos serviços especializados que atendem vítimas de violência e, em sua maioria, o delineamento configura-se por ser qualitativo.

Entre os estudos sobre a perspectiva de gênero, observam-se correntes teóricas, que se diferenciam da concepção *a priori* de quem é agressor e vítima nas relações que envolvem violência (Falcke & Féres Carneiro, 2011; Santos & Moré, 2011a; Santos & Moré, 2011b; Cantera, 2004). De acordo com Cantera (2004), quando se tem o marco explicativo da violência, baseado no enfoque dicotômico (homem/mulher), resulta invisível a violência que algumas mulheres praticam contra os homens, como também a violência nas relações homossexuais (Cantera, 2007).

Outro modelo explicativo da violência aponta para a co-ocorrência de perpetrar e receber a violência. De acordo com Olsen *et al.* (2010), esses estudos caracterizam-se por uma amostra populacional e, em sua maioria, apresentam delineamento quantitativo. Os achados apontam que quando a violência conjugal é relatada na relação, observa-se uma reciprocidade entre os atos violentos reportados pelo casal (Kwong, Bartholomew, & Dutton, 1999; O'Keefe, 1997; Gray & Foshee, 1997).

Fundamentado nessa perspectiva, ao se discutir o processo de violência, considera-se o processo interacional, que não pode ser concebido como uma construção individual, mas sim como uma trama relacional na qual todas as partes envolvidas se afetam recursivamente (Santos & Moré, 2011a). Dessa forma, a fronteira entre agressor e agredido é de difícil demarcação

entre os envolvidos. Assim, a tomada da posição, produto desse processo de construção, dependerá diretamente do contexto histórico, geracional e social em que a situação de agressão ocorre (Santos & Moré, 2011a; Moré & Cantero, 2010).

Ao compreendermos a violência a partir da perspectiva relacional, Olsen *et al.* (2010) ressaltam a importância de se identificar a magnitude, a frequência e a duração da exposição à violência nas relações de casal. Pois, grupos que experienciam episódios esporádicos de violência se diferenciam dos grupos que vivenciam episódios de violência de forma cotidiana. Nesse sentido, Bolze, Schmidt, Crepaldi e Vieira (2011) diferenciam o conceito de conflito conjugal e violência conjugal, sendo o conflito inerente a toda relação humana, podendo resultar em novas oportunidades e transformações relacionais aos envolvidos. Por outro lado, a violência seria uma maneira de lidar com os conflitos, podendo ser adotada ou não pelos casais.

No marco do modelo explicativo da perspectiva relacional sistêmica, a violência conjugal pode ser entendida como ideia de processo, de contexto e do embate relacional e comunicacional entre os integrantes da família. Assim, a violência no contexto da família se sustenta baseada em um processo de construção, que se ancora no jogo relacional e comunicacional entre todos os membros ao longo do tempo, estabelecendo uma dinâmica peculiar. Essa perspectiva de compreensão do processo de violência coaduna-se com Almeida (2009) quando esse autor afirma que o maltrato, entendido como uma forma de violência, assume um valor comunicacional o qual tem que ser conhecido e transformado para que o sistema possa evoluir maturativamente sem se sentir ameaçado

na sua própria coesão interna. O modelo sistêmico estabelece a relação de codependência do processo de violência no sistema familiar, ou seja, a violência no contexto conjugal influencia todas as pessoas do sistema familiar, e o foco de estudo, portanto, é colocado nas interações entre todos os envolvidos daquela família (Schmidt, Schneider, & Crepaldi, 2011).

Considera-se que a perspectiva sistêmica avança na proposta teórico-metodológica com relação ao processo da violência, pois, ao considerar a família como um sistema aberto e em constantes trocas com outros sistemas, reconhecem-se os diferentes contextos que influenciam recursivamente para produzir o fenômeno. Dessa forma, ao enfocar as interconexões do sujeito com os diferentes contextos dos quais participa (do macrossocial ao microssocial), a fase do ciclo de vida e o aspecto geracional na definição do processo da violência no sistema familiar concebe-se um foco ampliado de análise do fenômeno (Bronfenbrenner, 2004; Bronfenbrenner & Morris, 1998). Por sua vez, os aspectos relacionados à comunicação, assim como, os elos de recursividade estabelecidos entre os membros da família são aspectos que também contribuem na contextualização das relações estabelecidas (Böing *et al.*, 2008; Aun, Vasconcellos, & Coelho, 2005; Grandesso, 2000).

Cabe destacar que abordar o fenômeno da violência conjugal na perspectiva relacional sistêmica implica a responsabilização no processo de construção da situação de violência por parte de todos os envolvidos. De acordo com Cunha, Roza, Matta, Stockler, Alegre e Santos (2011), um ato de violência exige um autor e uma vítima, mas o processo pelo qual aquele ato tornou-se possível tem a participação de todos que fazem par-

te daquele contexto. Dessa forma, não se tira a responsabilidade concreta do agressor frente à violência, devendo o autor ser responsabilizado legalmente respondendo por seus atos e a vítima deve ser cuidada e protegida. A contribuição da perspectiva relacional diante do fenômeno violência refere-se à possibilidade de um espaço de reflexão sobre o processo e sobre a dinâmica relacional que tornou o ato possível para que se evitem possíveis reincidências e a cristalizações de papéis (Cunha *et al.*, 2011).

TRANSMISSÃO INTERGERACIONAL DA VIOLÊNCIA NO CONTEXTO DA INVESTIGAÇÃO

Os estudos sobre a transmissão dos padrões de violência têm sustentado a hipótese de que há fatores da família de origem, que podem ser considerados como preditores da ocorrência da violência nas gerações futuras. Entre esses estudos destacam-se aqueles que evidenciam que a violência na família de origem tem associação com a violência nas relações conjugais da geração seguinte (Cui *et al.*, 2010; Malik, Sorenson, & Aneshensel, 1997; O'Leary, Malone, & Tyree, 1994).

Mediante um estudo longitudinal, Cui *et al.* (2010) demonstraram que os sujeitos que foram expostos a altos níveis de violência na família de origem repetem esse processo interacional em sua relação conjugal. Além disso, essas pessoas escolhem como suas parceiras mulheres que também compartilham um padrão de interação similar.

De acordo com Kwong *et al.* (2003), nas relações conjugais nas quais ocorrem violência há uma alta correlação entre a co-ocorrência de violência física e violência psicológica. Segundo estes autores, essas duas formas de abuso

tendem a ser transmitidas pela família de origem, sendo o abuso psicológico considerado um dos aspectos essenciais na dinâmica das relações que envolvem violência. Além disso, Slep e O'leary (2005) demonstraram que, quando existe a violência conjugal, há uma alta probabilidade da co-ocorrência da violência contra a criança, tanto praticada pelo pai quanto pela mãe.

Kwong *et al.* (2003) e Stith *et al.* (2000) justificam seus achados da transmissão intergeracional da violência com base na perspectiva da teoria da aprendizagem social (Bandura, 1977), cujas opções de respostas violentas são aprendidas por meio da observação ou vivência desse comportamento. Assim, a criança observa como os adultos de sua família lidam com as situações e como suas escolhas comportamentais resultam em determinados desfechos. Quando adultas, suas opções de resposta a determinadas situações serão influenciadas pelas situações semelhantes que foram observadas na relação com seus cuidadores (Stith *et al.*, 2000).

Nessa mesma perspectiva, alguns pesquisadores têm demonstrado que nem todas as crianças que vivem em situações de violência em sua família de origem tornam-se abusivas em seus relacionamentos conjugais (Harris & Dersch, 2001; O'Keefe & Treister, 1998; McCloskey & Lichter, 2003). Esses estudos sugerem que a violência na família de origem apresenta-se como um dos fatores de risco, que pode se tornar preditor de violência nas relações futuras.

Em seu estudo, Harris e Dersch (2001) entrevistaram homens que sofreram violência em sua família de origem, mas não a utilizavam em suas relações conjugais. Os achados apontam que essas pessoas tinham fortes crenças contra o uso da violência e as

compreendiam como prejudiciais em suas relações íntimas. Além disso, os participantes também atribuíam seu comportamento não violento ao relacionamento com pessoas significativas em sua vida, fora do contexto da família de origem.

Esses achados ampliam a dimensão da transmissão intergeracional, ao considerarem aspectos fora do contexto familiar como possíveis fatores de proteção, relativizando, assim, o aspecto linear da transmissão da violência no contexto de família de origem. Indo ao encontro desses dados, Olsen *et al.* (2010) ressaltam que a relação entre os pares, sobretudo na infância e adolescência, pode ser preditora de risco ou de resiliência em relação ao comportamento violento.

Nesse sentido, as tendências atuais dos estudos empíricos sobre a transmissão intergeracional da violência têm ressaltado as interconexões de diferentes ecologias no desenvolvimento dos sujeitos, como fatores que influenciam o comportamento de perpetrar e receber a violência em relacionamentos românticos futuros. Assim, o posicionamento teórico-metodológico desses estudos passa a considerar as influências do microssistema e suas conexões, como também os aspectos do contexto macrossocial como a cultura, as influências históricas, políticas e religiosas, como parte da constelação de fatores determinantes dessa transmissão (Olsen *et al.*, 2010).

PONTOS DE CONSENSO E DIFERENÇAS SOBRE A TRANSMISSÃO INTERGERACIONAL NOS MODELOS EXPLICATIVOS DA VIOLÊNCIA

De acordo com o exposto, observa-se que o modelo de gênero e o modelo relacional apresentados sobre a

compreensão da violência evidenciam um ponto em comum com o conceito da transmissão intergeracional. Considera-se necessária a problematização dessa intersecção entre violência e transmissão intergeracional, principalmente, em relação à presença de pontos cegos, que podem levar a não identificação da violência na prática profissional e à sustentação de um modelo determinista e linear de causa-efeito. Nesse sentido, ressalta-se a importância de se refletir sobre o posicionamento teórico-epistemológico do profissional em relação ao fenômeno.

Ancorados nos resultados das pesquisas sobre o processo da violência constata-se que as diferenças entre o modelo de gênero e o modelo relacional ocorrem principalmente pelo método de seleção da amostra utilizada (Olsen *et al.*, 2010). Considerando o modelo de gênero, a seleção da população para esses estudos configuram-se por amostras clínicas o que evidenciam o padrão de perpetração de violência que ocorre do homem em relação à mulher. Quanto ao modelo relacional, a seleção da população refere-se a amostras populacionais o que, de modo geral, evidencia que as taxas de perpetração da violência entre os casais ocorrem de forma bidirecional, ou seja, há agressões de ambos os lados.

É importante destacar que existem resultados de pesquisa como de Straus, Gelles e Steinmetz (1980) que correlacionam o processo da violência e a transmissão intergeracional através de um posicionamento vertical e determinista por não considerarem a complexidade dos mecanismos de perpetuação do fenômeno (Olsen *et al.*, 2010). Esse estudo contribuiu sobremaneira com a identificação e a nomeação do fenômeno, porém estabeleceu uma relação direta e linear entre o fato de que, se alguém testemunhar a

violência na família de origem, poderá tornar-se violento nas próximas relações com a nova família.

Assim, ressalta-se a armadilha de considerar que todo aquele que experiencia a violência irá sempre abusar, não tendo outra possibilidade senão perpetuar esse comportamento. Trata-se de um posicionamento que desconsidera os diferentes fatores e contextos, os quais influenciam e podem modificar a multideterminação do processo de violência.

A perspectiva do pensamento sistêmico auxilia a pensar e a ampliar a compreensão do conceito de transmissão, com base no reconhecimento do princípio da instabilidade aplicado aos sistemas familiares. Dessa forma, a violência como fenômeno pode ser processada por alguns dos elementos do sistema familiar, ficando uma margem livre, que provoca a instabilidade da trama relacional em todo o sistema (Von Foster, 1996). Por sua vez, o pensamento sistêmico considera a circularidade e a recursividade das configurações relacionais como fatores que influenciam a perpetuação desse processo.

Além disso, a perspectiva sistêmica propõe a mudança de uma “visão negativa”, na qual o mundo familiar tem como figura principal os desajustes e fracassos para uma perspectiva que foca, compreende e fortalece os recursos e o sucesso do grupo familiar (Böing *et al.*, 2008). Dessa forma, a família aparece como a principal fonte de recursos para produzir mudanças frente ao processo da violência (Moré & Cantera, 2010). Indo ao encontro desse modelo, Bronfenbrenner (2004) propõe a interconexão de diferentes sistemas ecológicos e a ampliação do foco como recurso para a contextualização desse fenômeno nos sistemas familiares.

Dessa forma, ao ampliar o foco das relações familiares, compreende-se do profissional uma postura ética e de respeito em relação às crenças daquela família. Isso não significa ser conivente ou negligente em relação à violência, mas estar internamente disponível para compreender seus mitos e valores transgeracionais, assim como as ligações de lealdade e afeto que vêm sendo transmitidas de geração em geração.

Assim, quando a violência está presente nas relações conjugais é necessário avaliar todo o sistema de relações familiares (Schmidt *et al.*, 2011; Koller & Antoni, 2004) e contextualizá-las, ressaltando as potencialidades e recursos encontrados nesses sistemas (Moré & Cantera, 2010). Os fatores potencialmente de proteção nos vários níveis ecológicos também são importantes para a garantia do desenvolvimento de cada membro do sistema familiar, mesmo nas relações que envolvam violência. Isso deixa em evidência a importância do suporte institucional e social nos diferentes níveis ecológicos, assim como a importância da rede social significativa, sendo que os estudos dessa última temática ainda são incipientes quando relacionados à temática da violência (Moré & Cantera, 2010).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na intervenção psicológica com famílias que apresentam sofrimento em decorrência do processo da violência, a utilização da noção de transmissão intergeracional tem se constituído um aliado para a qualificação da escuta, no sentido de gerar possibilidades de um entendimento ampliado e contextualizado do fenômeno baseado na história geracional da família.

É importante refletir e/ou assumir que a violência é prejudicial e danosa

em quaisquer que sejam as suas diferentes formas, quais sejam, física, psicológica, sexual, entre outras. Assim, coaduna-se com as afirmações de Stelko-Pereira e Willians (2010) o fato de que não cabe juízo de valor em relação à intensidade e ao tipo de violência, pois a violência como fenômeno sempre gera consequências físicas, relacionais e emocionais negativas. Dessa forma, entende-se que a postura diante desse fenômeno é de um esforço constante de torná-lo visível, assim como de intervir independentemente de qual modalidade se apresente.

Os modelos explicativos da violência oferecem diferentes possibilidades de entendimento, considerando-se a complexidade do fenômeno. Tanto o modelo de gênero como o relacional oferecem potencialidades. Os riscos referem-se a ambos os modelos ao assumir-se um posicionamento fragmentado e equivocado frente a um fenômeno tão complexo. Nesse sentido, é importante questionar-se quais elementos desses modelos favorecem a identificação do processo da violência nas famílias e instrumentalizam os profissionais para uma escuta sensível em relação ao fenômeno em todas as suas dimensões, e, sobretudo, no que concerne à violência psicológica, pois esta é a mais difícil de ser identificada.

Da mesma forma, dependendo do posicionamento teórico-epistemológico adotado pelo profissional ou pesquisador sobre a transmissão intergeracional pode-se assumir o risco de uma visão determinista e fragmentada sobre o fenômeno. Esta postura não visualiza a possibilidade de a família ter recursos de mudanças e de construção de interações, nem possibilidades alternativas de interação conjugal, pois os padrões estão encerrados em um ciclo perpétuo de transmissão.

A contribuição deste artigo visa refletir sobre a possibilidade de um posicionamento do profissional frente a um modelo integrador, que possa incluir contribuições do modelo de gênero e do modelo relacional, assim como o processo de transmissão intergeracional baseado numa ótica relacional, contextualizada e ampliada, que valoriza, sobretudo, os recursos potenciais do sistema familiar.

Considerando esse posicionamento, cabe destacar que a violência se sustenta em um processo de coparticipação entre todos os membros da família. Ao assumir essa postura, o profissional não responsabiliza somente um indivíduo sobre a violência na família, mas se propõe a uma leitura de como os elementos envolvidos nesse processo participam de forma a coconstruírem relações de violência no sistema familiar. Dessa forma, pode-se promover a reflexão sobre mudanças necessárias de cada um dos elementos envolvidos para que a violência não se perpetue.

REFERÊNCIAS

- Alarcão, M.** (2000). *(Des)equilíbrios familiares*. Coimbra: Quarteto Editora.
- Almeida, M.V.** (2009). *Violência conjugal e álcool: (in)existência de uma relação causal?* (Dissertação de Mestrado) em Medicina legal e Ciências forenses. Universidade de Coimbra, Portugal.
- Andolfi, M.** (1996). *A linguagem do encontro terapêutico*. Porto Alegre: Artes Médicas.
- Andolfi, M.** (2003). *Manual de Psicología Relacional: La dimensión familiar*. Colombia: La Sillueta Ediciones.
- Aun, J. G.** (2007). A transmissão transgeracional da contabilidade fami-

- liar. In J.G. Aun *et al.* (Ed.) *Atendimento sistêmico de família e redes sociais, II: o processo de atendimento sistêmico*. Belo Horizonte: Ophicina de arte & prosa.
- Aun, J.G., Vasconcelos, M.J.E., & Coelho, S.V.** (2005). *Atendimento sistêmico de família e redes sociais. I: Fundamentos teóricos e epistemológicos*. Belo Horizonte: Ophicina de arte & prosa.
- Bandura, A.** (1977). *Social learning theory*. Oxford: Prentice-Hall.
- Böing, E., Crepaldi, M. A., & Moré, C. L. O. O.** (2008). Pesquisa com famílias: aspectos teórico-metodológicos. *Paidéia*, 18(40), 251-266.
- Bolze, S., Schmit, B., Crepaldi, M. A., & Vieira, M.** (2011) Conflito conjugal: uma revisão da produção científica brasileira. *Pensando famílias*, 15(2), 51-69.
- Borzormenyi-Nagy, I.** (1978). *Visión dialectica de la terapia familiar intergeneracional: terapia familiar*. Buenos Aires: Ace.
- Bowen, M.** (1989). *La terapia familiar em la práctica clínica*. Bilbao: Desclee de Bouwer.
- Bowen, M.** (1998). *De la familia al individuo: la diferenciación del sí mismo em el sistema familiar*. Buenos Aires: Paidós.
- Brancahona, P. G., Fogo, J. C., & Williams, L. C. A.** (2004). Crianças expostas à violência conjugal: avaliação do desempenho acadêmico. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 20(2), 113-117.
- Bronfenbrenner, U.** (2004). *Making human Beings Human: Bioecological Perspectives on Human Developmental*. Thousand Oaks: Sage.
- Bronfenbrenner, U., & Morris, P.** (1998). The ecology of developmental processes. In M. Lerner *et al.* (Ed.), *Handbook of child psychology: theoretical models of human development*. New York: John Wiley & Sons.
- Cantera, L.** (2004). Más allá del género: nuevos enfoques de “nuevas” dimensiones y direcciones de la violencia en la pareja. *Athenea Digital: Revista de Pensamiento e Investigación Social*, 6.
- Cantera, L.** (2007). *Violência no casal: um enfoque além do gênero*. Porto Alegre: Dom Quixote.
- Carter, B., & MacGoldrick, G.** (2001). *As mudanças no ciclo de vida: uma estrutura para a terapia familiar*. Porto Alegre: Artmed.
- Carvalho-Barreto, A., Bucher-Maluschke, J.S.N.F, Almeida, P.C., & DeSouza, E.** (2009). Desenvolvimento humano e violência de gênero: uma integração bioecológica. *Revista: reflexão e crítica*, 22(1), 86-92.
- Correa, O.B.R.** (2000). *Os avatares da transmissão psíquica geracional*. São Paulo: Escuta.
- Cui, M., Durtschi, J., Donnellan, M.B, Lorenz, F.O., & Conger, R.D.** (2010). Intergenerational Transmission of Relationship Aggression: A Prospective Longitudinal Study. *Journal of Family Psychology*, 24(6), 688-697.
- Cunha, R.B.B., Roza, M.L.A., Matta, M.C., Stockler, M.C., Alegre, M., & Santos, S.** (2011). O autor de violência incluído no atendimento de terapia de família: desconstruindo papéis, reconstruindo mundos. *Nova Perspectiva Sistêmica*, XX(41).
- Elkäim, M.** (1998) *Panorama das terapias familiares*. São Paulo: Summus.
- Falcke, D. & Feres-Carneiro, T.** (2011). Reflexões sobre a violência conjugal: diferentes contextos, múltiplas expressões. In A. Wagner *et al.* (Ed.). *Desafios psicossociais da família contemporânea: pesquisas e reflexões*. Porto Alegre: Artmed.

- Feres-Carneiro, T. & Ziviani, C. (2009).** Conjugalidades contemporâneas: um estudo sobre os múltiplos arranjos conjugais da atualidade. In T. F. Carneiro *et al.* (Ed.). *Casal e família: permanências e rupturas*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Grandesso, M. (2000).** *Sobre a reconstrução do significado: Uma análise epistemológica e hermenêutica da prática clínica*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Gray, H.M., & Foshee, V. A. (1997).** Adolescent dating violence: Differences between one-sided and mutually violent profiles. *Journal of Interpersonal Violence, 12*, 126-141.
- Harris, S.M., & Dersch, C. A. (2001).** "I'm Just Not Like that": Investigating the Intergenerational Cycle of Violence. *The Family Journal, 9*(3), 250-258.
- Koller, S.H., & Antoni, C. (2004).** Violência intrafamiliar: uma visão ecológica. In S. H. Koller (Ed.). *Ecologia do desenvolvimento humano: pesquisa e intervenção no Brasil*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Kwong, M.J., Bartholomew, K., & Dutton, D.G. (1999).** Gender differences in patterns of relationship violence in Alberta. *Canadian Journal of Behavioral Science, 31*, 150-160.
- Kwong, M.J., Bartholomew, K., Henderson, A.J.Z., & Trinke, S. (2003)** The intergenerational transmission of relationship violence. *Journal of family psychology, 17*(3), 288-301.
- Lisboa, A.V., Féres-Carneiro, T., & Jablonski, B. (2007).** Transmissão intergeracional da cultura: um estudo sobre uma família mineira. *Psicologia em Estudo, 12*(1), 51-59.
- Malik, S., Sorenson, S.B., & Aneshensel, C. S. (1997).** Community and Dating Violence Among Adolescents: Perpetration and Victimization. *Journal of Adolescent Health, 21*, 291-302.
- Mccloskey, L.A., & Lichter, E.L. (2003).** The contribution of marital violence to Adolescent aggression across different relationships. *Journal of Interpersonal Violence, 18*, 390-412.
- Melo, E.M. (2010).** *Podemos prevenir a violência*. Brasília: Organização Pan-Americana da Saúde. Recuperado em 24 agosto, 2011, de http://portal.saude.gov.br/portal/.../podemos_prevenir_violencia_03_12_2010.pdf.
- Minayo, M.C.S. (2007).** A inclusão da violência na agenda da saúde: trajetória histórica. *Ciência & Saúde Coletiva, 11*.
- Ministério da Saúde. (2002).** *Violência intrafamiliar: orientações para a prática em serviço*. Recuperado em 24 agosto, 2011, de http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/cd05_19.pdf.
- Ministério da Saúde. (2005).** *Impacto da violência na saúde dos brasileiros*. Recuperado em 24 agosto, 2011, de http://www.bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/impacto_violencia.pdf.
- Moré, C. L. O. O., & Cantera, L. (2010).** La violencia contra la mujer y la práctica profesional: la perspectiva de la familia, redes de apoyo e interdisciplinarietà. *Trabalho completo. Anais do Congresso de Intervención para el Estudio de la Violencia Contra las Mujeres*. Sevilla, ES, España, 1.
- Morin, E. (2005).** *Introdução ao pensamento complexo*. Porto Alegre: Sulina.
- Mosmann, C., Wagner, A., & Féres-Carneiro, T. (2006).** Qualidade conjugal: mapeando conceitos. *Paidéia, 16*(35), 315-325.
- Narciso, I., & Ribeiro, M.T. (2009).** *Olhares sobre a conjugalidade*. Lisboa: Coisas de ler.

- Narvaz, M.** (2002). Abusos sexuais e violências de gênero. In M.R. Nunes (Ed.). *Os direitos humanos das meninas e das mulheres: enfoques feministas*. Porto Alegre: Assembléia legislativa do Rio Grande do Sul.
- Narvaz, M. & Koller, S. H.** (2004). Famílias, violências e gêneros: desvelando a trama da transmissão transgeracional da violência de gênero. In M. Strey et al. (Ed). *Violência, gênero e políticas públicas*. Porto Alegre: Edipucrs.
- Nichols, M.P. & Schwartz, R.C.** (1998). *Terapia familiar: conceitos e métodos*. Porto Alegre: Artes Médicas.
- O'Keefe, M.** (1997). Predictors of dating violence among high school students. *Journal of Interpersonal Violence, 12*, 546–568.
- O'Keefe, M. & Treister, L.** (1998). Victims of dating violence among high school students. *Violence Against Women, 4*, 195–223.
- O'Leary, K. D., Malone, J., & Tyree, A.** (1994). Physical aggression in early marriage: Prerelationship and relationship effects. *Journal of Consulting and Clinical Psychology, 62*, 594-602.
- Oliveira, K. L. C. & Gomes, R.** (2011). Homens e violência conjugal: uma análise de estudos brasileiros. *Revista ciência e saúde coletiva, 16*(5), 2401-2413.
- Olsen, J.P., Parra, G.R., & Bennett, S.A.** (2010). Predicting violence in romantic relationships during adolescence and emerging adulthood: A critical review of the mechanisms by which familial and peer influences operate. *Clinical Psychology Review, 30*, 411–422.
- Organização Mundial de Saúde [OMS]** (2002). *Relatório mundial sobre violência e saúde*. Genebra: Organização Mundial de Saúde. Recuperado em 24 agosto, 2011, de <http://www.opas.org.br/cedoc/hpp/ml03/0329.pdf>.
- Organização Pan Americana de Saúde [OPAS]** (2003). *Repercussão da violência na saúde das populações Americanas*. Recuperado em 04 setembro, 2011, de <http://www.paho.org/portuguese/gov/cd/cd44-fr-p.pdf>.
- Osório, L.C.** (2002) *Casais e famílias: uma visão contemporânea*. Porto Alegre: Artmed.
- Papp, P.** (2002). *Casais em perigo: novas diretrizes para terapeutas*. Porto Alegre: Artmed.
- Penso, M.A., Costa, L.F., & Ribeiro, M.A.** (2008) Aspectos teóricos da transmissão transgeracional do genograma. In M. A. Penso et al. (Eds.). *A transmissão geracional em diferentes contextos: da pesquisa à intervenção*. São Paulo: Summus.
- Ravazzola, M.C.** (2005). *Historias infames: los maltratos em las relaciones*. Buenos Aires: Paidós.
- Santos, A. C. W., & Moré, C. L. O. O.** (2011a). Repercussão da violência na mulher e suas formas de enfrentamento. *Paidéia, 21*(49), 227-235.
- Santos, A. C. W., & Moré, C. L. O. O.** (2011b). Impacto da Violência no Sistema Familiar de Mulheres Vítimas de Agressão. *Ciência e profissão, 31*(2), 220-235.
- Schmidt, B., Schneider, D.R., & Crepaldi, M. A.** (2011). Abordagem da violência familiar pelos serviços de saúde: contribuições do pensamento sistêmico. *Psico, 42*(3), 321-329.
- Silva, M. A; Falbo Neto, G.H., & Cabral Filho, J. E.** (2009). Maus-tratos na infância de mulheres vítimas de violência. *Psicologia em Estudo, 14*(1), 121-127.
- Slep, A. M., & O'Leary, S.G.** (2005). Parent and partner violence in families with young children: Rates, patterns, and connections. *Journal of Consulting and Clinical Psychology, 73*, 435-444.

- Stelko-Pereira, A.C., & Williams, L. C. A.** (2010). Sobre o conceito de violência: distinções necessárias. In L.C.A. Williams *et al.* (Eds) *Aspectos Psicológicos da Violência: Pesquisa e Intervenção Cognitivo-Comportamental*. Campinas: ESETEC.
- Stith, S. M., Rosen, K. H., Middleton, K. A., Busch, A. L., Lundeberg, K., & Carlton, R. P.** (2000). The Intergenerational Transmission of Spouse Abuse: A Meta-Analysis. *Journal of Marriage and the Family*, 62, 640–654.
- Straus, M. A., Gelles, R. J., & Steinmetz, S. K.** (1980). *Behind Closed Doors: Violence in the American Family*. New York: Anchor.
- Tolan, P., Gorman-Smith, D., & Henry, D.** (2006) Family violence. *Annual Review Psychology*, 57, 557–83.
- Vasconcelos, M. J. E.** (2007). Panorama das abordagens transgeracionais em terapia familiar. In J.G. Aun *et al.* (eds). *Atendimento sistêmico de família e redes sociais*. (Vol II): O processo de atendimento sistêmico. Belo Horizonte: Ophicina de arte & prosa.
- Von Foster, H.** (1996). *Las semillas de la cibernética: obras escogidas*. España: Gedisa.
- Wagner, A.** (2005). *Como se perpetua a família?: a transmissão dos modelos familiares*. Porto Alegre: Edipucrs.
- Weber, L.N.D., Selig, G., Bernardi, M.G., & Salvador, A.P.V.** (2006). Continuidade dos estilos parentais através das gerações: transmissão intergeracional de estilos parentais. *Paidéia*, 16(35).
- Whitaker, A.** (1995) *Dançando com a família: uma abordagem simbólico-experiencial*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990.